

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Agostinho Patrus – PV
1º-Vice-Presidente: deputado Antonio Carlos Arantes – PSDB
2º-Vice-Presidente: deputado Cristiano Silveira – PT
3º-Vice-Presidente: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
1º-Secretário: deputado Tadeu Martins Leite – MDB
2º-Secretário: deputado Carlos Henrique – PRB
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

SUMÁRIO

- 1 – PROPOSIÇÃO DE LEI**
- 2 – ATAS**
 - 2.1 – 50ª Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 19ª Legislatura
 - 2.2 – Comissões
- 3 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO**
 - 3.1 – Comissões
- 4 – PRONUNCIAMENTOS**
- 5 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA**
- 6 – ERRATA**



PROPOSIÇÃO DE LEI

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 24.259

Dá nova redação ao inciso III do *caput* do art. 4º da Lei nº 12.079, de 12 de janeiro de 1996, que dispõe sobre estágio para estudante em órgão e entidade da administração pública.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – O inciso III do *caput* do art. 4º da Lei nº 12.079, de 12 de janeiro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º – (...)

III – pagamento, pelo órgão ou pela entidade concedente, de bolsa de estudos ou outra forma de contraprestação especificada no convênio e no termo de compromisso, com valor não inferior a 210 (duzentas e dez) Unidades Fiscais do Estado de Minas Gerais – Ufemgs –, para jornada de seis horas diárias, e valor mínimo proporcional para jornadas com duração inferior, a serem definidas no convênio ou termo de compromisso;”.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor sessenta dias após a data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 7 de junho de 2019.

Deputado Agostinho Patrus – Presidente

Deputado Tadeu Martins Leite – 1º-Secretário

Deputado Carlos Henrique – 2º-Secretário

**ATAS****ATA DA 50ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 6/6/2019****Presidência do Deputado Antonio Carlos Arantes**

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata – Correspondência: Ofícios – 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Proposta de Emenda à Constituição nº 36/2019 – Projetos de Lei nºs 827 a 830, 832, 833 e 835/2019 – Requerimentos nºs 1.424 e 1.426 a 1.434/2019 – Comunicações: Comunicações das Comissões de Administração Pública, de Educação, de Segurança Pública e do Trabalho – 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições – Comunicação da Presidência – Leitura de Comunicações – Registro de Presença – Encerramento – Ordem do Dia.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Agostinho Patrus – Antonio Carlos Arantes – Cristiano Silveira – Alencar da Silveira Jr. – Tadeu Martins Leite – Carlos Henrique – Arlen Santiago – Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Bartô – Betão – Braulio Braz – Bruno Engler – Celinho Sintrocel – Celise Laviola – Charles Santos – Cleitinho Azevedo – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Delegado Heli Grilo – Doorgal Andrada – Douglas Melo – Duarte Bechir – Elismar Prado – Fábio Avelar de Oliveira – Fernando Pacheco – Gil Pereira – Guilherme da Cunha – Gustavo Valadares – João Leite – João Vítor Xavier – Leandro Genaro – Léo Portela – Marília Campos – Noraldino Júnior – Osvaldo Lopes – Professor Cleiton – Professor Wendel Mesquita – Roberto Andrade – Sávio Souza Cruz – Thiago Cota – Zé Guilherme.

Abertura

O presidente (deputado Antonio Carlos Arantes) – Às 14h13min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte**1ª Fase (Expediente)****Ata**

– O deputado Betão, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Correspondência

– O deputado Professor Cleiton, 1º-secretário *ad hoc*, lê a seguinte correspondência:

OFÍCIOS

Do Sr. Ricardo Alexandre Nogueira Miranda, subsecretário de Articulação Institucional da Secretaria de Governo, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 612/2019, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Justiça. (– Anexe-se ao referido projeto.)

Do Sr. Ricardo Alexandre Nogueira Miranda, subsecretário de Articulação Institucional da Secretaria de Governo, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 4.528/2017, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Transporte. (– Anexe-se ao referido projeto.)

Do Sr. Ricardo Alexandre Nogueira Miranda, subsecretário de Articulação Institucional da Secretaria de Governo, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 5.280/2018, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Transporte. (– Anexe-se ao referido projeto.)

Do Sr. Ricardo Alexandre Nogueira Miranda, subsecretário de Articulação Institucional da Secretaria de Governo, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 5.359/2018, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Transporte. (– Anexe-se ao referido projeto.)

Do Sr. Ricardo Alexandre Nogueira Miranda, subsecretário de Articulação Institucional da Secretaria de Governo, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 5.487/2018, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Transporte. (– Anexe-se ao referido projeto.)

Do Sr. William Sarayeddin, gerente de Relações Institucionais da Fundação Renova, prestando informações relativas à matéria debatida na audiência pública da Comissão de Direitos Humanos realizada em 3/5/2019 e aos Ofícios nºs 1.080/2019/SGM e 1.081/2019/SGM. (– À Comissão de Direitos Humanos.)

Do Sr. Lincoln Andrade, maestro e coordenador artístico do Ars Nova – Coral da UFMG, agradecendo voto de congratulações formulado por esta Casa em atenção ao Requerimento nº 951/2019, da Comissão de Cultura. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Ricardo Hernane Lacerda Gonçalves de Oliveira, vice-corregedor do Conselho Regional de Medicina do Estado de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 7.600/2014, da Comissão de Direitos Humanos. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de Proposições

O presidente – A presidência passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

– Nesta oportunidade, são encaminhadas à presidência as seguintes proposições:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 36/2019

Dá nova redação aos incisos III, IV e VIII do art. 198 da Constituição do Estado.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprova:

Art. 1º – Os incisos III, IV, VIII do art. 198 passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 198 – (...)

III – atendimento educacional especializado ao educando com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades ou super dotação, preferencialmente na rede regular de ensino, com garantia de recursos humanos capacitados, de material e equipamentos públicos adequados e de vaga em escola próxima a sua residência;

IV – apoio às entidades especializadas, públicas e privadas, sem fins lucrativos, para o atendimento ao educando com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades ou super dotação;

(...)

VIII – dotação da rede pública de ensino de condições físicas e equipamentos que sejam adequados ao desenvolvimento de suas atividades educacionais e permitam o acesso das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida;”.

Art. 2º – Esta emenda à Constituição entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 5 de junho de 2019.

Duarte Bechir – Antonio Carlos Arantes – Bruno Engler – Cássio Soares – Celise Laviola – Cleitinho Azevedo – Dalmo Ribeiro Silva – Delegado Heli Grilo – Doutor Jean Freire – Elismar Prado – Fábio Avelar de Oliveira – Fernando Pacheco – Gil Pereira – Glaycon Franco – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – João Leite – Ione Pinheiro – João Magalhães – Luiz Humberto Carneiro – Professor Cleiton – Professor Irineu – Roberto Andrade – Rosângela Reis – Thiago Cota – Zé Reis.

Justificação: Submetemos à apreciação desta Casa Legislativa proposta de emenda à Constituição para alterar a redação de dispositivos que se referem à educação especial e à pessoa com deficiência.

A legislação brasileira tem incorporado importantes alterações conceituais no tratamento da pessoa com deficiência ao substituir termos como “portador de deficiência” e “necessidades especiais”, que representavam um reforço simbólico na segregação deste público, por outros que reforçam a dignidade dessas pessoas e buscam sua inclusão. Na legislação da área da educação, destacam-se as alterações promovidas pela Lei Federal nº 12.796, de 4/4/2013, na referência ao público da educação especial. Ao mencionar os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou super dotação, o texto legal indica o compromisso do Estado com a inclusão de todas as pessoas na escola, independentemente de sua condição de deficiência física, auditiva, visual, mental, intelectual, múltipla ou de super dotação. Entendemos necessário adequar a Carta Mineira aos avanços de concepção sobre educação especial e sobre a pessoa com deficiência e atualizá-la quanto à terminologia empregada, de maneira que possa se tornar uma referência para todos os diplomas legais que reforçam o compromisso público com o atendimento educacional das pessoas com deficiência. Esperamos, dessa forma, explicitar o propósito de inclusão dessas pessoas por parte do Estado. Contamos, portanto, com o empenho dos nobres colegas para aprovar a proposta de emenda à constituição que apresentamos.

– Publicada, vai a proposta à Comissão de Justiça e à Comissão Especial para parecer, nos termos do art. 201 do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 827/2019

Dispõe sobre animais comunitários no Estado, estabelece normas para seu atendimento e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – O animal comunitário, assim considerado aquele que estabelece com a comunidade em que vive laços de dependência e de manutenção, ainda que não tenha um responsável único e definido, poderá ser mantido no local em que se encontra sob a responsabilidade de um tutor.

Art. 2º – Poderão ser considerados tutores de animal comunitário os responsáveis, os tratadores e os membros da comunidade que com ele tenham estabelecido vínculos de afeto e dependência e que, para tal fim, se disponham voluntariamente a cuidar e respeitar os direitos desse animal.

§ 1º – Os tutores de que trata o *caput* serão cadastrados pelo órgão responsável, do qual receberão crachá constando qualificação completa.

§ 2º – Os tutores proverão, voluntariamente e às suas expensas, os cuidados com higiene, saúde e alimentação dos animais comunitários pelos quais se responsabilizem, devendo zelar também pela limpeza do local em que estes se encontrem.

Art. 3º – Para abrigamento dos animais comunitários, fica permitida a colocação de casas em vias públicas, escolas públicas e privadas, órgãos públicos e empresas públicas e privadas, desde que com a autorização da autoridade correspondente ou responsável pelo local.

§ 1º – As casas de que trata o *caput* deverão ser colocadas de forma a não interromper ou prejudicar o passeio de pedestres e o trânsito.

§ 2º – Nas casas de que trata o *caput* será permitida a afixação de placa com a identificação "Animais Comunitários" e a referência a esta lei.

Art. 4º – Os tutores deverão providenciar a identificação dos animais comunitários sob sua responsabilidade, a qual deverá obedecer aos seguintes critérios:

I – identificação, prioritariamente, por microchipagem; e

II – uso de coleira com placa, para identificação visual, contendo o nome e o número de identificação do animal comunitário, bem como o nome e o contato do(s) tutor(es).

Art. 5º – Para efetivar esta lei, o poder público poderá viabilizar as seguintes medidas:

I – incentivar cursos e campanhas de conscientização ao público sobre o conceito de animais comunitários, bem como aos tutores ou tratadores sobre o respeito aos direitos dos animais e a necessidade de cuidados fundamentais a sua sobrevivência;

II – possibilitar estratégias e ações para a melhoria do bem-estar, respeito e proteção aos animais comunitários;

III – incentivar campanhas que conscientizem o público da necessidade de esterilização, de vacinação periódica e de que maus tratos e abandono, pelo padecimento infligido ao animal, configuram, em tese, práticas de crime ambiental;

IV – promover orientação técnica aos adotantes e ao público em geral para os princípios da tutela responsável de animais, visando atender às necessidades físicas, psicológicas e ambientais;

V – autorizar o patrocínio ou apadrinhamento do animal comunitário, por pessoa jurídica, a fim de custear alimentação, higiene e abrigo (casas), podendo ser autorizada, em troca, a divulgação da marca ou empresa patrocinadora junto ao ponto fixo de referência em que o animal reside (parte externa da casa); e

VI – registrar os dados do animal por meio de cadastro informatizado, renovável anualmente, mediante atendimento veterinário de rotina quando o município dispuser de um setor ou secretaria referente a animais.

Parágrafo único – O cadastro de que trata o inciso VI do *caput* contemplará os dados individuais de cada animal e deverá conter:

I – nome completo, com qualificação e endereço do responsável pelo animal;

II – nome do animal;

III – características físicas;

IV – histórico médico-veterinário, no qual devem estar inseridos eventos como castração, vacinação, estado de saúde, entre outros.

Art. 6º – O poder público poderá celebrar convênios e parcerias com municípios, entidades de proteção animal e outras organizações não governamentais, universidades, estabelecimentos veterinários, empresas públicas ou privadas e entidades de classe, para a consecução dos objetivos desta lei.

Art. 7º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 30 de maio de 2019.

Deputado Osvaldo Lopes (PSD)

Justificação: Este projeto de lei reconhece o animal comunitário como sendo aquele que, sem tutor definido, estabelece relação de dependência e vínculo afetivo na comunidade em que vive. Dessa forma, o animal comunitário integra a vida da comunidade fazendo parte da coletividade.

Deixar um animal sem acesso ao atendimento de suas necessidades, tais como a alimentação e abrigo, configura-se ato de crueldade. Cabe ao poder público, com a participação da sociedade civil, o atendimento a esses direitos que lhes são inerentes e tanto quanto o cumprimento dos deveres para com eles, que é o de lhes prover a saúde e o bem-estar.

Dada a importância que os animais comunitários exercem no contexto social e o grau de vulnerabilidade em que vivem, somando-se à evolução do pensamento humano no sentido de avançar na proteção e no reconhecimento enquanto sujeitos de direitos é que se torna necessária uma lei específica que trate da matéria.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Meio Ambiente e de Administração Pública para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 828/2019

Proíbe o uso de canudos e copos não biodegradáveis no Estado.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Ficam proibidos, no âmbito do Estado, a comercialização e o uso por supermercados, restaurantes, lanchonetes, bares, boates e similares de canudos e copos de plásticos não biodegradáveis.

Art. 2º – Os canudos e copos plásticos disponíveis ao consumidor deverão ser substituídos por materiais biodegradáveis no prazo de até cento e oitenta dias da data da promulgação desta lei.

Art. 3º – O descumprimento do disposto nesta lei sujeitará os infratores à pena de multa de R\$10.000,00 (dez mil reais).

Parágrafo único – Em caso de reincidência, a multa estipulada no *caput* será sempre o dobro da última multa aplicada.

Art. 4º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 5 de junho de 2019.

Deputado Professor Irineu, Vice-Presidente da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas e Presidente da Comissão Extraordinária de Turismo e Gastronomia (PSL).

Justificação: Os canudos e os copos plásticos representam uma grande parcela de todo o lixo produzido no mundo, não sendo diferente no Brasil e em Minas Gerais, e hoje são o foco de grandes campanhas de preservação ambiental, uma vez que são grandes poluidores do meio ambiente, por serem compostos de polipropileno, material que não é biodegradável. Quando descartados, esses produtos permanecem no meio ambiente por muitos anos, podendo provocar a morte de animais, aves e peixes. Além disso, na produção desses produtos, é utilizado petróleo, que sabemos, é uma fonte não renovável.

– Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pelo deputado Dalmo Ribeiro Silva. Anexe-se ao Projeto de Lei nº 5.241/2018, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 829/2019

Torna obrigatória a destinação de um percentual da receita bruta arrecadada pelo Estado, proveniente de multas de infração à Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro –, para a área de saúde dos municípios do Estado.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica o Poder Executivo do Estado obrigado a repassar 30% da receita bruta arrecadada com multas por infração à Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro –, aplicadas nas estradas e rodovias estaduais, para o Sistema Único de Saúde do Estado.

Art. 2º – Os recursos serão destinados aos municípios que prestarem atendimentos aos envolvidos em acidentes de trânsito nas rodovias do Estado.

Art. 3º – O Poder Executivo fará a distribuição dos recursos em cota única:

I – no exercício fiscal seguinte;

II – na proporcionalidade ao número de atendimentos realizados por município do Estado aos acidentados nas estradas e rodovias mineiras.

Art. 4º – No final de cada exercício, o Poder Executivo emitirá relatório detalhando os valores a serem repassados a cada município, o qual será encaminhado, para conhecimento, à Assembleia Legislativa de Minas Gerais – ALMG – e à Associação Mineira dos Municípios – AMM.

Art. 5º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 5 de junho de 2019.

Deputado Professor Irineu, Vice-Presidente da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas e Presidente da Comissão Extraordinária de Turismo e Gastronomia (PSL).

Justificação: O Governo de Minas Gerais arrecadou, no ano de 2018, a importância de R\$43.226.026,40 em multas por infração ao Código de Trânsito Brasileiro – CTB – nas rodovias estaduais.

O CTB, em seu art. 320, determina mais de um destino para os recursos arrecadados através das infrações de trânsito ocorridas nas rodovias estaduais, os quais devem retornar para os serviços públicos. No entanto, parte desses recursos não são destinados prioritariamente para o custeio dos atendimentos aos acidentados no trânsito, o que é inconcebível, uma vez que a Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o referido código, em seu art. 1º, § 5º é clara ao afirmar que se trata da priorização da vida.

"§ 5º - Os órgãos e entidades de trânsito pertencentes ao Sistema Nacional de Trânsito darão prioridade em suas ações à defesa da vida, nela incluída a preservação da saúde e do meio ambiente."

Além disso, é extremamente injusto impor aos municípios o sacrifício financeiro de atender aos acidentados nas rodovias, quando grande parte dos serviços são prestados aos cidadãos pelos próprios municípios, que nem sempre recebem a contrapartida financeira nem do Estado, nem da União.

Por isso, entendemos que tal medida minimizará um pouco os gastos dos municípios no atendimento aos acidentados nas rodovias mineiras.

– Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pelo deputado Arlen Santiago. Anexe-se ao Projeto de Lei nº 4.754/2017, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 830/2019

Proíbe as empresas públicas, autarquias e fundações de arcarem com despesas de transporte e hospedagem dos membros de seus conselhos.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Ficam as empresas públicas, ainda que de direito privado, as autarquias e as fundações proibidas de arcarem com despesas de passagem aéreas e terrestres e de alimentação e hospedagem de membros de conselhos de administração e conselhos fiscais, bem como de disponibilizarem veículos das referidas empresas para utilização desses membros.

Art. 2º – Para os membros dos conselhos a que se refere o art. 1º, a proibição de as empresas arcarem com as despesas só se aplica àqueles remunerados pelos referidos conselhos.

Art. 3º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 5 de junho de 2019.

Deputado Professor Irineu, Presidente da Comissão Extraordinária de Turismo e Gastronomia e Vice-Presidente da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas (PSL).

Justificação: Todas as empresas públicas, autarquias e fundações remuneram seus membros de conselhos de administração e fiscal, em grande partes dessas empresas, com valores muito significativos, levando-se em conta que esses conselheiros normalmente participam de uma única reunião mensal.

Além disso, como verificamos recentemente, além de o governador do Estado indicar membros para o conselho da Copasa de outros Estados, não prestigiando pessoas altamente qualificadas do Estado de Minas, ainda obrigará a Copasa a arcar com despesas de transporte, alimentação e hospedagem desses membros, onerando ainda mais os consumidores, já que esses custos são incorporados à planilha de custos da empresa para cálculo da conta de água e esgoto.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Administração Pública para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 832/2019

Dispõe sobre os serviços de telemarketing de telefonia móvel ou fixa no Estado de Minas Gerais, e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – As empresas de telefonia móvel ou fixa, que prestem serviços no Estado de Minas Gerais, ficam sujeitas às seguintes regras quando da oferta de produtos, serviços, cobrança e campanhas por meio de telemarketing.

Parágrafo único – Limitar a realização de ligações entre 9h (nove horas) e 18h (dezoito horas), de segunda-feira a sexta-feira.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 5 de junho de 2019.

Deputada Ione Pinheiro

Justificação: É constante o abuso que são materializados pelas empresas de telefonia, no tocante a situação em que os consumidores recebem dezenas de ligações ao dia, sem qualquer limitação de horário ou dia.

Convém salientar que tais serviços de telemarketing ou de cobrança pelas aludidas empresas que se façam correlacionadas ao sistema móvel ou fixo de telefonia, não respeitam os direitos básicos do consumidor, assunto em foco.

É necessário regular esta conduta abusiva e agressiva das empresas de telefonia com os usuários.

O projeto de lei possui o intuito de fortalecer o direito do consumidor e limitar estes abusos.

Pelos fatos expostos e pela relevância do tema, contamos com o apoio dos nobres pares para a aprovação desta propositura, por se tratar de tema de grande interesse do público.

– Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pelo deputado Elismar Prado. Anexe-se ao Projeto de Lei nº 484/2019, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 833/2019

Altera a Lei nº 13.199, de 20 de janeiro 1999, que dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Ficam acrescentados ao art. 40 da Lei nº 13.199, de 20 de janeiro de 1999, os seguintes incisos VII e parágrafo único:

“Art. 40º – (...)

VII - conceder outorga para perfuração de poço artesiano em até sessenta dias contados a partir da data da solicitação, desde que preenchidos os requisitos legais.

Parágrafo único - Ultrapassado o prazo a que se refere o inciso VII, será concedida outorga automática ao requerente pelo período de cinco anos.

Sala das Reuniões, 5 de junho de 2019.

Deputado Arlen Santiago (PTB)

Justificação: A outorga de direito de uso de recursos hídricos é um dos seis instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos, estabelecidos no inciso III do art. 5º da Lei Federal nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997. Esse instrumento tem como objetivo assegurar o controle quantitativo e qualitativo dos usos da água e o efetivo exercício dos direitos de acesso aos recursos hídricos.

A Lei nº 13.199, de 1999, e o Decreto nº 47.383, de 2018, estabelecem normas para licenciamento ambiental, tipificam e classificam infrações às normas de proteção do meio ambiente e também dos recursos hídricos. De acordo com o art. 112, códigos 212 e 213 do Anexo II do referido decreto, constitui infração "captar água superficial sem a devida outorga ou em desconformidade da mesma e extrair água subterrânea sem a devida outorga ou em desconformidade com a mesma", acrescentando-se 10% sobre o valor base da multa para cada litro captado nos casos de captação sem outorga.

No Estado existem numerosos requerimentos de concessão de outorga pendentes, podendo o interessado estar aguardando por longo tempo sua concessão pelo Igam. Dessa maneira, fica o requerente impedido de usar o recurso hídrico solicitado e, caso venha a utilizá-lo, ficará exposto ao risco de ser autuado pela autoridade administrativa, inclusive pela Polícia Militar de Minas Gerais, o que resultará no embargo do empreendimento e na aplicação de multa pecuniária.

A demora injustificada em atender ao requerimento protocolado pelo particular é considerado como silêncio administrativo. Conforme afirma Celso Antônio Bandeira de Melo (Curso de Direito Administrativo, 30ª ed.), o administrado tem o direito de que o poder público se pronuncie em relação a suas petições e a administração tem o dever de fazê-lo.

Atualmente a Polícia Militar de Minas Gerais tem fiscalizado, entre outros empreendimentos, os situados em zona rural e, constatada a ausência de outorga para uso de recursos hídricos, mesmo que a solicitação tenha sido requerida e protocolada perante o Igam, lavra auto de infração e embarga a captação do recurso hídrico.

Este projeto visa estabelecer decurso de prazo no caso da concessão de outorga, a fim de garantir os direitos do interessado que aguarda por muito tempo a obtenção da autorização.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Meio Ambiente para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 835/2019

Declara de utilidade pública o Cerradão Futebol Clube, com sede no Município de Dores do Indaiá.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarado de utilidade pública o Cerradão Futebol Clube, com sede no Município de Dores do Indaiá.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 5 de junho de 2019.

Deputado Antonio Carlos Arantes, 1º-Vice-Presidente (PSDB).

Justificação: O Cerradão Futebol Clube, foi criado em 01 de abril de 2014, quando seus fundadores, se preocupando com os jovens do Município, decidiram criar uma entidade voltada a promover o esporte.

Desde então o Cerradão futebol clube, tem levado os jovens do Município a participarem em vários campeonatos regionais, buscando assim afastar os jovens de caminhos ruins e aproximá-los do esporte.

O Cerradão Futebol Clube, trouxe para o Município de Dores do Indaiá grandes vitórias, tanto esportivas, quanto sociais, pois além de vencer campeonatos, obteve, grandes conquistas sociais, realizando eventos no Município e ajudando na formação de vários jovens.

A pratica esportiva é de suma importância para nossos jovens e a maior conquista do Cerradão Futebol é poder participar da criação dos jovens dorenses, levando o esporte até suas casas, e levando os jovens até o esporte, muitas vezes os resgatando do mundo das drogas e criminalidades.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Esporte, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

REQUERIMENTOS

Nº 1.424/2019, do deputado Coronel Henrique, em que requer seja encaminhado à MRS Logística pedido de providências para implementação de uma linha de transporte de passageiros por via férrea entre os Municípios de Barbacena e Santos Dumont, passando pelo Museu Cabangu, dedicado à memória de Santos Dumont, o Pai da Aviação, de modo a contribuir para o fomento do turismo no Circuito Turístico de Santos Dumont. (– À Comissão de Transporte.)

Nº 1.426/2019, do deputado Coronel Henrique, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Hospital Geral de Juiz de Fora pelo Dia do Serviço de Saúde do Exército, comemorado em 27 de maio. (– À Comissão de Saúde.)

Nº 1.427/2019, do deputado Coronel Henrique, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para o término da obra da quadra da Escola Estadual Francisco Manuel, no Município de Descoberto, iniciada em 2013 e não concluída por problemas relacionados à Construtora M. B. Magalhães Ltda., o que vem prejudicando as atividades de educação física dos alunos e gerando prejuízos pela deterioração da obra. (– À Comissão de Educação.)

Nº 1.428/2019, da deputada Ione Pinheiro, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de providências para que o Distrito de Córrego do Soldado, pertencente ao Município de Itaúna, tenha acesso à internet e à telefonia móvel. (– À Comissão de Transporte.)

Nº 1.429/2019, da deputada Ione Pinheiro, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de providências para que o Distrito de Antonio dos Santos, pertencente ao Município de Caeté, tenha acesso à internet e à telefonia móvel. (– À Comissão de Transporte.)

Nº 1.430/2019, da deputada Ione Pinheiro, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de providências para que os Distritos Pará dos Vilelas, Boa Vista e Aroeiras, pertencentes ao Município de Itaguara, tenham acesso à internet e à telefonia móvel. (– À Comissão de Transporte.)

Nº 1.431/2019, da deputada Ione Pinheiro, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de providências para que o Distrito de São José do Almeida, pertencente ao Município de Jaboticatubas, tenha acesso à internet e à telefonia móvel. (– À Comissão de Transporte.)

Nº 1.432/2019, do deputado Duarte Bechir, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que o Povoado de Bom Sucesso, no Município de Barra Longa, seja incluído no Programa Alô Minas!, com vistas à instalação do serviço de telefonia móvel nessa localidade. (– À Comissão de Transporte.)

Nº 1.433/2019, da Comissão de Administração Pública, em que requer seja encaminhado ao Ministério Público de Minas Gerais – MPMG – pedido de providências para que sejam apurados indícios de duplicidade de recebimento de recursos públicos e privados, para provimento da mesma finalidade, pela Fundação São Carlos, sediada no Município de Lagoa da Prata.

Nº 1.434/2019, do deputado Douglas Melo, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para a conclusão das obras de construção do Hospital Regional de Sete Lagoas. (– À Comissão de Saúde.)

Comunicações

– São também encaminhadas à presidência comunicações das Comissões de Administração Pública, de Educação, de Segurança Pública e do Trabalho.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

Abertura de Inscrições

O presidente – Não havendo oradores inscritos, a presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da presidência e de deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

Comunicação da Presidência

A presidência informa ao Plenário que foi aprovado, nos termos do parágrafo único do art. 103 do Regimento Interno, o Requerimento nº 1.433/2019, da Comissão de Administração Pública. Publique-se para os fins do art. 104 do Regimento Interno.

Leitura de Comunicações

– A seguir, o presidente dá ciência ao Plenário das comunicações apresentadas nesta reunião pelas Comissões de Administração Pública – aprovação, na 12ª Reunião Ordinária, em 4/6/2019, dos Requerimentos nºs 1.283/2019, do deputado Duarte Bechir, e 1.284 e 1.285/2019, da Comissão Extraordinária Pró-Ferrovias Mineiras;

de Educação – aprovação, na 11ª Reunião Ordinária, em 5/6/2019, do Projeto de Lei nº 4.796/2017, da deputada Marília Campos e do deputado Rogério Correia, com a Emenda nº 1, e dos Requerimentos nºs 1.014/2019, da Comissão de Direitos Humanos, 1.033/2019, do deputado Sargento Rodrigues, 1.041 a 1.043 e 1.046/2019, da deputada Beatriz Cerqueira; 1.054 e 1.081/2019, do deputado Douglas Melo, 1.097/2019, da deputada Leninha, 1.141/2019, da Comissão de Assuntos Municipais; 1.142/2019, do deputado Professor Wendel Mesquita, e 1.159/2019, do deputado Antonio Carlos Arantes;

de Segurança Pública – aprovação, na 16ª Reunião Extraordinária, em 5/6/2019, dos Requerimentos nºs 1.269 e 1.270/2019, do deputado Coronel Henrique, e 1.291 e 1.292/2019, do deputado Duarte Bechir; e

do Trabalho – aprovação, na 9ª Reunião Ordinária, em 5/6/2019, dos Requerimentos nºs 1.204 a 1.206/2019, da Comissão de Participação Popular, e 1.274/2019, da deputada Delegada Sheila.

Registro de Presença

O presidente – A presidência registra a presença, em Plenário, do deputado federal Paulo Guedes, ex-deputado desta Casa.

Encerramento

O presidente – A presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de terça-feira, dia 11, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (– A ordem do dia anunciada será publicada na edição do dia 11/6/2019.). Levanta-se a reunião.

ATA DA 12ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 23/5/2019

Às 17h1min, comparece a Sala das Comissões a deputada Beatriz Cerqueira, membro da supracitada comissão. Está presente também a deputada Andréia de Jesus. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Beatriz Cerqueira, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater os impactos de políticas públicas estratégicas na geração de empregos para a sustentabilidade da Previdência Social. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende a audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Valéria Peres Morato Gonçalves, presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – CTB – e do Sindicato dos Professores do Estado de Minas Gerais – Sinpro Minas; e Silvânia Morais Rosa, coordenadora estadual da Intersindical; e os Srs. Márcio Pochmann, presidente da Fundação Perseu Abramo – FPA; Carlos Roberto Horta, professor do Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais – Fafich/UFMG; Juarez Rocha Guimarães, professor de Ciência Política da UFMG e membro do Conselho Curador do Memorial Nacional da Anistia; Jairo Nogueira Filho, secretário-geral da Central Única dos Trabalhadores – CUT-MG; e Hugo René de Souza, 2º-vice-presidente da Pública Central do Servidor. A presidenta, autora do requerimento que deu origem ao debate, passa a tecer suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 5 de junho de 2019.

Celinho Sintrocel, presidente – André Quintão – Betão.

ATA DA 8ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 29/5/2019

Às 13h39min, comparece na Sala das Comissões a deputada Beatriz Cerqueira, presidenta da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidenta declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual considera aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a debater, em audiência pública, o Projeto de Lei nº 1.476/2015, que institui o Programa Paz na Escola e a receber e votar proposições da comissão. A reunião é suspensa. Reabertos os trabalhos, registra-se a presença dos deputados Betão, Bartô, Professor Cleiton, Coronel Sandro e Carlos Pimenta. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Iara Félix Pires Viana, superintendente de Modalidades e Temáticas Especiais de Ensino da Secretaria de Estado de Educação – SEE –, representando a secretária; Denise de Paula Romano, diretora estadual do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais – Sind-UTE-MG; Júlia Moreira, presidente da Juventude Socialista do PDT; Andreza Rafaela Abreu Gomes, subsecretária de Prevenção a Criminalidade da Secretaria de Estado de Segurança Pública – Sesp –, representando o secretário; Valéria Peres Morato Gonçalves, presidenta do Sindicato dos Professores do Estado de Minas Gerais – Sinpro Minas; e o

Sr. Flávio Alberto do Nascimento, representante dos vigilantes das escolas do Estado de Minas Gerais. A presidência concede a palavra ao deputado Carlos Pimenta, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 5 de junho de 2019.

Beatriz Cerqueira, presidenta – Betão – Professor Cleiton.

ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 29/5/2019

Às 14h12min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Repórter Rafael Martins, João Vítor Xavier e Guilherme da Cunha, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Repórter Rafael Martins, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, ouvir o presidente da Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração – CBMM –, Eduardo Augusto Ayrosa Galvão Ribeiro, sobre a exploração do nióbio pela Companhia Mineradora do Pirocloro de Araxá – Comipa –, considerando-se o conflito de interesses entre os sócios público e privado – Codemig e CBMM, evidente na Auditoria de Recursos Minerais do Depósito de Nióbio em Araxá, realizado pela SRK Consultores do Brasil Ltda. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 2.115/2019, do deputado João Vítor Xavier, em que requer seja realizada audiência pública para debater a segurança hídrica no Estado e comemorar o Dia do Meio Ambiente;

nº 2.176/2019, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja realizada audiência pública para debater projetos de eficiência energética no Estado.

Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa o Sr. Eduardo Augusto Ayrosa Galvão Ribeiro, presidente da Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração. O presidente, na condição de um dos autores do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais e passa a palavra aos demais autores, para suas considerações. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Registra-se a presença dos deputados Leonídio Bouças, Ulysses Gomes, Sávio Souza Cruz e Bosco. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 5 de junho de 2019.

João Vítor Xavier, presidente.

ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGROPECUÁRIA E AGROINDÚSTRIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 29/5/2019

Às 15h39min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Coronel Henrique, Inácio Franco, e Doutor Jean Freire (substituindo o deputado Gustavo Santana, por indicação da liderança do BDL), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Coronel Henrique, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da

comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: *e-mail* do Sr. Marco Antonio Jacob, diretor da Associação dos Cafeicultores do Brasil, encaminhando sugestão de uma “Política Cafeeira Mundial” cuja cópia será distribuída a todos os membros desta comissão para análise. O e-mail informa ainda que essa sugestão já foi entregue ao vice-presidente general Hamilton Mourão e ao deputado federal Emidinho Madeira (presidente da Frente Parlamentar de Café). O presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 2.617/2015, no 1º turno, do qual designou como relator o deputado Betinho Pinto Coelho. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, por unanimidade, os Projetos de Lei nºs 5.506/2018 (relator: deputado Gustavo Santana), 589/2019 (relator: deputado Inácio Franco) e 604/2019 (relator: deputado Betinho Pinto Coelho). Registra-se a presença do deputado Gustavo Santana. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 978, 1.126 e 1.127/2019. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos: nº 1.770 e 1.821/2019. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 1.827/2019, do deputado Gustavo Santana, em que requer seja realizada audiência pública para a apresentação do Mercado de Origem, empreendimento que funcionará como o maior centro comercial de produtos agropecuários tradicionais do País;

nº 1.931/2019, do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa – pedido de providências para realização de mutirão de cadastro no programa de Regularização Fundiária na região Sul do Estado, especialmente no Município de Poços de Caldas e seu entorno;

nº 1.932/2019, do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais – Emater – pela iniciativa de promover a integração dos produtores de café do Sul de Minas que fazem parte do Certifica Minas Café;

nº 2.004/2019, do deputado Coronel Henrique, em que requer seja encaminhado ao Instituto Mineiro de Gestão de Águas – Igam – pedido de providências para que seja revista a metodologia de cálculo para outorgas com o objetivo de elevar a vazão quando destinadas aos empreendimentos de produção de truta na região da Serra da Mantiqueira;

nº 2.005/2019, do deputado Coronel Henrique, em que requer seja encaminhado à Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais – Epamig – pedido de providências para que seja estimulada a produção de pesquisas aplicadas na área de aquicultura em consonância com as necessidades dos empreendedores mineiros;

nº 2.006/2019, do deputado Coronel Henrique, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – pedido de providências para que seja produzida cartilha educativa sobre a regularização ambiental dos empreendimentos de aquicultura, tendo como público-alvo o produtor de pescado;

nº 2.007/2019, do deputado Coronel Henrique, em que requer seja realizada visita à Associação dos Piscicultores, Alevinocultores e Beneficiadores de Pescado de Morada Nova de Minas e Região – Aspabepesc –, no Município de Morada Nova de Minas, para conhecer empreendimentos de aquicultura da região;

nº 2.009/2019, do deputado Coronel Henrique, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa – pedido de providências com vistas a que seja dado apoio à organização de agricultores familiares produtores de pescado para que participem do Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae;

nº 2.011/2019, do deputado Coronel Henrique, em que requer seja encaminhado ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Mapa – e à Agência Nacional de Águas – ANA – pedido de providências para que seja liberada a capacidade de suporte dos reservatórios mineiros reservada para os parques aquícolas, como forma de estimular a produção de pescado no Estado, em especial nos lagos de Furnas e Três Marias;

nº 2.012/2019, do deputado Coronel Henrique, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – pedido de providências para que seja estudado o padrão de tramitação dos processos de regularização ambiental de empreendimentos de aquicultura, com a finalidade de agilizar sua conclusão;

nº 2.013/2019, do deputado Coronel Henrique, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa – pedido de providências para que seja atualizado de forma participativa o Plano Setorial da Aquicultura e para que esse plano seja plenamente utilizado para orientar as ações governamentais;

nº 2.014/2019, do deputado Coronel Henrique, em que requer seja encaminhado ao Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA – pedido de providências para que seja implementada a GTA eletrônica para transporte de pescado de forma similar à disponibilizada para bovinos;

nº 2.040/2019, do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa – pedido de providências para a regulamentação da Lei nº 23.157, de 2018, que dispõe sobre a produção e a comercialização dos queijos artesanais de Minas Gerais;

nº 2.200/2019, do deputado Antonio Carlos Arantes, em que requer seja realizada audiência pública para debater os avanços e gargalos do atual governo estadual em relação a agropecuária e agroindústria;

nº 2.201/2019, dos deputados Bruno Engler, Antonio Carlos Arantes e Professor Cleiton, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa – pedido de providências para ampliação do programa Certifica Minas, com ênfase na cafeicultura, e desenvolvimento de projeto voltado para a difusão tecnológica entre cafeicultores, por meio de articulação entre Epamig, Emater, Sistema S, entidades representativas de produtores e cooperativas, com vistas à melhoria do parque cafeeiro mineiro, da qualidade da produção, da agroindustrialização e da comercialização do café de Minas Gerais;

nº 2.202/2019, dos deputados Antonio Carlos Arantes, Bruno Engler e Professor Cleiton, em que requerem seja encaminhado ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento pedido de providências para que o Brasil promova, em conjunto com os governos dos demais países produtores de café, a construção de uma política internacional que assegure a sustentabilidade da cadeia produtiva do café, nos termos da sugestão formulada pela Associação dos Cafeicultores do Brasil – Sincal –, entregue aos deputados durante audiência pública realizada em 27/5/2019, que discutiu a cadeia produtiva cafeeira no Estado e o atual cenário econômico do setor;

nº 2.205/2019, dos deputados Bruno Engler, Antonio Carlos Arantes e Professor Cleiton, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transporte e Obras Públicas – Setop – e ao Departamento e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DEER-MG – pedido de providências para que seja concluída a pavimentação asfáltica do trecho da MG-170, entre Municípios de Pimenta e Guapé;

nº 2.206/2019, dos deputados Antonio Carlos Arantes, Bruno Engler e Professor Cleiton, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento pedido de providências para que se articule com Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento com vistas à construção, em conjunto com os governos dos demais países produtores de café, de uma política internacional que assegure a sustentabilidade da cadeia produtiva de café nos termos da sugestão formulada pela Associação dos Cafeicultores do Brasil – Sincal –, entregue aos deputados durante audiência pública realizada em 27/5/2019, que discutiu a cadeia produtiva cafeeira no Estado e o atual cenário econômico do setor;

nº 2.208/2019, dos deputados Mauro Tramonte e Antonio Carlos Arantes, em que requerem sejam encaminhadas aos membros da Frente Parlamentar do Café da Câmara dos Deputados as notas taquigráficas da 2ª Reunião Extraordinária da Comissão de Agropecuária e Agroindústria, que teve por finalidade debater a cadeia produtiva cafeeira no Estado e o atual cenário econômico do setor;

nº 2.209/2019, dos deputados Mauro Tramonte e Antonio Carlos Arantes, em que requerem seja realizada visita à Câmara dos Deputados, especialmente aos membros da Frente Parlamentar do Café, para defender a manutenção das isenções da Lei Kandir relativas ao café;

nº 2.210/2019, dos deputados Antonio Carlos Arantes, Professor Cleiton e Bruno Engler, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – e ao Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DEER-MG – pedido de providências com vistas à duplicação do trecho da BR-491, que liga o Município de Varginha à Rodovia Fernão Dias, para melhorar as condições do escoamento da produção cafeeira no Sul de Minas e, assim, contribuir para retomada do desenvolvimento econômico do Estado;

nº 2.211/2019, dos deputados Professor Cleiton, Antonio Carlos Arantes e Bruno Engler, em que requerem seja encaminhado à Mesa da Assembleia pedido de providências com vistas à celebração de convênios com as universidades federais situadas no Sul de Minas Gerais que realizam pesquisas relacionadas à produção de café, com o objetivo de oferecer, por meio de portal eletrônico desta Casa, cursos de capacitação para os cafeicultores no que se refere à produção orgânica e de cafés *gourmets*;

nº 2.213/2019, dos deputados Antonio Carlos Arantes, Professor Cleiton e Bruno Engler, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transporte e Obras Públicas – Setop – pedido de providências com vistas à construção da terceira pista da Rodovia MG-167, que liga os Municípios de Três Pontas a Varginha, para melhorar as condições do escoamento da produção cafeeira no Sul de Minas e, assim, contribuir para retomada do desenvolvimento econômico do Estado;

nº 2.301/2019, do deputado Coronel Henrique, em que requer seja realizada audiência de convidados para debater a participação do Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA – na implementação das Instruções Normativas GM/Mapa 76 e 77/2018 no Estado, que estabelecem critérios e procedimentos para a produção, acondicionamento, conservação, transporte, seleção e recepção do leite cru em estabelecimentos registrados no serviço de inspeção oficial.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 4 de junho de 2019.

Coronel Henrique, presidente.

ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 29/5/2019

Às 16h14min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Bartô, Cleitinho Azevedo, Douglas Melo, Elismar Prado e Sargento Rodrigues (substituindo o deputado Doutor Wilson Batista, por indicação da liderança do Bloco Liberdade e Progresso), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Bartô, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Os Projetos de Lei nºs 2.358 e 2500/2015 são retirados da pauta, atendendo-se a requerimento do deputado Elismar Prado, aprovado pela comissão. O Parecer sobre o Projeto de Lei nº 704/2015, no 1º turno, deixa de ser apreciado em virtude de solicitação de prazo regimental pelo respectivo relator, deputado Douglas Melo. Após discussão e votação, são aprovados, com voto contrário do deputado Bartô, cada um por sua vez, os seguintes pareceres: pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 436/2015 (relator: deputado Elismar Prado) e 1.307/2015 (relator: Douglas Melo) na forma do Substitutivo nº 1 da Comissão de Constituição e Justiça, e 709 e 879/2015 (relator: deputado Elismar Prado). Passa-se à 3ª

Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 2.192/2019, do deputado Celinho Sintrocel, em que requer seja encaminhado à Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de providências para ouvir a população e resolver a situação precária do fornecimento de energia elétrica à comunidade de Cuité, no Município de Santa Maria de Itabira;

nº 2.193/2019, do deputado Celinho Sintrocel, em que requer seja realizada audiência pública para discutir o deficiente fornecimento de energia elétrica prestado pela Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – à comunidade de Cuité, no Município de Santa Maria de Itabira;

nº 2.280/2019, do deputado Douglas Melo, em que requer seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas para debater a situação das empresas que realizam o serviço de táxi-aéreo no Estado.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 5 de junho de 2019.

Cleitinho Azevedo, presidente – Doutor Wilson Batista – Elismar Prado.

ATA DA 9ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DA BARRAGEM DE BRUMADINHO, NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 3/6/2019.

Às 14h41min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Beatriz Cerqueira e os deputados Gustavo Valadares, Sargento Rodrigues, André Quintão, Cássio Soares, Noraldino Júnior e Sávio Souza Cruz, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Gustavo Valadares, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência de convidados, ouvir, na condição de investigado, o Sr. Gerd Peter Poppinga, diretor executivo de Ferrosos da Vale S.A., sobre as causas do rompimento da Barragem B1 da Mina do Córrego do Feijão, no Município de Brumadinho, em 25/1/2019. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios do deputado Noraldino Júnior, encaminhando documentação referente à investigação desenvolvida por esse deputado sobre causas remotas que se afiguraram como decisivas para o rompimento da Barragem B1 da Mina do Córrego do Feijão, em Brumadinho, em 25/1/2019; das Sras. Andressa de Oliveira Lanchotti, promotora de justiça coordenadora da CAO-Meio Ambiente informando que os Requerimentos nºs 1.018 e 1.422/2019 foram encaminhados, respectivamente, para a promotoria de Justiça da Comarca de Brumadinho e para a Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Sociais – Cimos; encaminhando resposta ao Requerimento nº 1736/2019; e encaminhando relatório de atuação da força-tarefa do Ministério Público do Estado de Minas Gerais em decorrência do rompimento de barragens da Mina Córrego do Feijão, do Complexo Paraopeba, em Brumadinho, em resposta ao Requerimento nº 735/2019; e Irene Angélica Franco e Silva Leroy, delegada-geral da Polícia Civil, encaminhando resposta ao Requerimento nº 75/2019; e dos Srs. Mário de Paula Franco Júnior, juiz federal da 12ª Vara Federal da Seção Judiciária de Minas Gerais, encaminhando resposta ao Requerimento nº 1.025/2019; Gério Patrício Soares, defensor público-geral do Estado de Minas Gerais, encaminhando resposta ao Requerimento nº 1.419/2019; Germano Luiz Gomes Vieira, secretário de Estado de Meio Ambiente de Desenvolvimento Sustentável, encaminhando respostas aos Requerimentos nºs 796, 912 e 1.250/2019; Marcelo da Fonseca, diretor de Planejamento e Regulação do Instituto Mineiro de Gestão de Águas – Igam, encaminhando resposta ao Requerimento nº 801/2019; Luís Márcio Vianna, representante do Sindicato da Indústria Mineral do Estado de Minas Gerais – Sindiextra – encaminhando justificativa para a ausência do Sr. Júlio César Nery Ferreira na reunião da comissão ocorrida em 13/5/2019; Edney Narchi, vice-presidente executivo do Conselho Nacional de Autorregulação Publicitária – Conar –, solicitando cópia das publicidades referenciadas no Requerimento nº 1.423/2019; Marcos Henrique da Silva Junior, chefe da Seção de Segurança

e Saúde do Trabalhador da Superintendência Regional do Trabalho em Minas Gerais, encaminhando resposta ao Requerimento nº 1.041/2019; Luiz Augusto Nogueira, delegado da Polícia Federal, encaminhando resposta ao Requerimento nº 752/2019; e Luiz Ricardo de Medeiros Santiago, diretor de Relações Governamentais da Vale S.A., encaminhando respostas aos Requerimentos nºs 738, 1.235, 1.678 e 1.908/2019. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência de convidados. A presidência convida a tomar assento à mesa o Sr. Gerd Peter Poppinga, diretor executivo de Ferrosos da Vale S.A.. Registram-se as presenças do deputado Bartô e do deputado federal Júlio Delgado, presidente da CPI de Brumadinho da Câmara dos Deputados. A presidência concede a palavra ao deputado André Quintão, relator da comissão, para seus questionamentos. Logo após, passa a palavra aos demais membros da comissão, para que façam seus questionamentos. Passa-se à 2ª Fase da 3ª Parte, que compreende o recebimento e a votação de requerimentos da comissão. É recebido pela presidência, para posterior apreciação, o Requerimento nº 2.363/2019, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Noraldino Júnior, Cássio Soares, Gustavo Valadares, André Quintão, Bartô e Sargento Rodrigues, em que requerem sejam requisitadas à Vale cópia do projeto mais atualizado do *As Is* ou “Como Está” da Barragem B1 da Mina do Córrego do Feijão. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 6 de junho de 2019.

Gustavo Valadares, presidente – André Quintão – Glaycon Franco – Noraldino Júnior.

ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE TURISMO E GASTRONOMIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 4/6/2019

Às 10h13min, comparece na Sala das Comissões o deputado Professor Irineu membro da supracitada comissão. Estão presentes também os deputados Betão e Coronel Henrique. Havendo número regimental, o presidente, deputado Professor Irineu, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. Registra-se a presença dos deputados Professor Cleiton e Cristiano Silveira. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública, destinada a debater as dificuldades, demandas e potenciais do Circuito Turístico do Município de Santos Dumont, compreendendo o Museu Cabangu, casa onde nasceu Alberto Santos Dumont, reconhecido como Pai da Aviação e consagrado por lei como Patrono da Aeronáutica Brasileira, a represa Ponte Preta e o Caminho Novo, uma das trilhas da Estrada Real. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Marina Pacheco Simião, superintendente de Gastronomia e Marketing Turístico da Secretaria de Estado de Turismo – Setur –, representando o secretário de Estado de Cultura; Nara Godim, diretora executiva da Federação dos Circuitos Turísticos de Minas Gerais – Fecitur –, representando o presidente da federação; Vivien Maria de Castro Piloni, gerente de Secretaria do TJMG em Santos Dumont; e Cláudia Jacinto Correa e Sandra Imaculada Cardoso Cabral, vereadoras da Câmara Municipal de Santos Dumont; o Cel. Carlos Eduardo Martins, comandante do Esquadrão de Comando, representando o comandante do Comando da Aeronáutica – Escola Preparatória de Cadetes do Ar – Epcar; o Ten.-Cel. Ronald José Pinto, comandante do Grupamento de Apoio – GAP-BQ – da Epcar; e os Srs. Cristiano Araujo Borges, coordenador-geral do Ministério do Turismo, representando o secretário Nacional de Desenvolvimento e Competitividade do Turismo; André Coelho Borges de Medeiros, presidente do Sindicato do Comércio de Santos Dumont; Gilmar Paiva da Costa, presidente da Associação Comercial de Santos Dumont; Tomás Castello Branco, presidente da Fundação Casa de Cabangu; Kennedy Fernandes Campos, presidente da Agência de Desenvolvimento Dr. Santos Dumont; Jayme Piloni Junior, presidente da Associação de Militares da Reserva de Santos Dumont; Mario Faria, assessor do Circuito Turístico Caminho Novo; Conrado Luciano Baptista, vereador da Câmara Municipal de Santos Dumont; José Geraldo de Almeida, diretor da Secretaria de Administração de Santos Dumont, representando o prefeito; José Abud Neto, vereador da Câmara Municipal de Santos Dumont; Roberto Luciano Fortes Fagundes, presidente da Federação de Convention & Visitors Bureau do Estado de Minas Gerais – FC&VB; e Frederico Kingma Orlando, secretário de Meio Ambiente, Turismo e Esporte e Lazer de Santos Dumont. O presidente concede a palavra ao deputado Coronel

Henrique, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 6 de junho de 2019.

Gustavo Mitre, presidente – Professor Cleiton – Mauro Tramonte.

ATA DA 7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 4/6/2019

Às 11h5min, comparece na Sala das Comissões a deputada Beatriz Cerqueira, membro da supracitada comissão. Estão presentes também a deputada Celise Laviola e o deputado Doutor Paulo. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Beatriz Cerqueira, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater a situação da Superintendência Central de Perícia Médica e Saúde Ocupacional – SCPMSO – do Estado. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Antonieta de Cássia Dorledo de Faria, diretora do Sindicato dos Servidores do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais – Sisipsemg, representando a presidenta do sindicato; Denise de Paula Romano, diretora estadual do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais – Sind-UTE-MG; Carla Aparecida de Vasconcelos, representante dos Servidores da Perícia Médica; e Alexandrina Paula Ferreira de Oliveira, representante do Grupo das Amparadas pela Lei Complementar nº 145/2017; e os Srs. Carlos Tadeu Villani Marques, superintendente central de Perícia Médica e Saúde Ocupacional da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão; Eduardo Sérgio Coelho, diretor educacional do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público do Estado de Minas Gerais – Sindipúblicos; André Luiz Moreira dos Anjos, assessor da Diretoria de Saúde, representando o presidente do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais – Ipssemg; e Renato Barros, diretor do Sindicato Único dos Trabalhadores da Saúde de Minas Gerais – Sind-Saúde-MG. A presidenta, na condição de autora do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 4 de junho de 2019.

João Magalhães, presidente – Beatriz Cerqueira – Roberto Andrade – Sargento Rodrigues.



EDITAIS DE CONVOCAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Conjunta das Comissões de Constituição e Justiça, de Administração Pública e de Participação Popular

Nos termos regimentais, convoco as deputadas Ana Paula Siqueira e Celise Laviola e os deputados Zé Reis, Bruno Engler, Charles Santos e Guilherme da Cunha, membros da Comissão de Constituição e Justiça, a deputada Beatriz Cerqueira e os deputados João Magalhães, Osvaldo Lopes, Leonídio Bouças, Raul Belém, Roberto Andrade e Sargento Rodrigues, membros da Comissão de Administração Pública, e os deputados Doutor Jean Freire, Cássio Soares, André Quintão, Gustavo Valadares e Sávio Souza Cruz, membros da Comissão de Participação Popular, para a reunião a ser realizada em 10/6/2019, às 9 horas, na Sala das Comissões, com a

finalidade de, em audiência de convidados, cumprir o que determina a Emenda à Constituição nº 99, de 2019, no que se refere à prestação de informações sobre a gestão da Secretaria de Governo relativa ao primeiro quadrimestre de 2019.

Sala das Comissões, 7 de junho de 2019.

Dalmo Ribeiro Silva, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização

Nos termos regimentais, convoco a deputada Ione Pinheiro e os deputados Marquinho Lemos, Fernando Pacheco e Thiago Cota, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 10/6/2019, às 13h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de, em audiência de convidados, cumprir o que determina a Emenda à Constituição nº 99, de 2019, no que se refere à prestação de informações sobre a gestão da Cemig relativa ao primeiro quadrimestre de 2019..

Sala das Comissões, 7 de junho de 2019.

Rosângela Reis, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização

Nos termos regimentais, convoco a deputada Ione Pinheiro e os deputados Marquinho Lemos, Fernando Pacheco e Thiago Cota, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 10/6/2019, às 16h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de, em audiência de convidados, cumprir o que determina a Emenda à Constituição nº 99, de 2019, no que se refere à prestação de informações sobre a gestão da Copasa-MG e da Copanor relativa ao primeiro quadrimestre de 2019.

Sala das Comissões, 7 de junho de 2019.

Rosângela Reis, presidente.



PRONUNCIAMENTOS

DISCURSOS PROFERIDOS NA 49ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 5/6/2019

O deputado Professor Cleiton – Boa tarde, Sr. Presidente, boa tarde, deputadas e deputados; um boa-tarde especial aos jovens da cidade de Mar de Espanha que nos visitam aqui nesta tarde! Boa tarde a todos que estão nas galerias e àqueles que nos assistem agora pela TV Assembleia e pelas redes sociais desta Casa!

Primeiramente, queria cumprimentar o deputado Duarte Bechir, que teve de ir para a comissão, pela aprovação desse projeto de lei que estabelece a criação do dia estadual de pessoas com doenças raras. Ontem, inclusive, tivemos uma audiência pública na Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, onde discutíamos e debatíamos esse tema. O deputado Zé Guilherme é um grande e entusiasta defensor das pessoas com doenças raras. E, para minha surpresa, quando discutíamos isso, fiquei sabendo, deputado Doutor Wilson, que em Minas Gerais não temos um centro de referência de pessoas com doenças raras.

Deputado Cristiano Silveira, tenho um amigo que tem AME tipo III, uma doença degenerativa. Recentemente foi descoberta a sua cura através de um medicamento que se chama Spinraza. A dose desse medicamento custa R\$300.000,00 e são necessárias 10 doses, ou seja, R\$3.000.000,00. Isso é até interessante para gente discutir quanto vale uma vida. Temos casos na Itália, deputada Leninha, em que a pessoa que fez uso do Spinraza conseguiu ter a doença revertida em 96%, voltando a andar e a ter uma vida normal. Mas as pessoas que sofrem com essa doença são reféns dos laboratórios e das patentes que precisam urgentemente serem

quebradas. Esse meu amigo que mencionei conseguiu na Justiça que o Estado de Minas Gerais pagasse os R\$3.000.000,00. O problema é que, na hora da aplicação, não temos no Estado alguém com o *Know-how*, ninguém com condições de fazê-lo.

Aproveitando esse assunto, porque não trataria desse tema, mas, por conta daquilo que a Assembleia Legislativa nesta manhã estabeleceu como projeto de lei, queria agradecer imensamente aos membros desta comissão que tem sido para mim uma comissão muito relevante, muito atuante, uma bandeira de mandato, que é justamente a defesa dessas pessoas que são mais frágeis, as pessoas com deficiência.

Na última sexta-feira, com a presença da comissão e também do deputado Bruno Engler, estivemos participando de uma grande audiência pública na minha cidade, em Varginha, onde pudemos discutir e debater um assunto tão caro nesses dias. Falo “nesses dias” porque, a partir do dia 26 deste mês, estão extintos os conselhos paritários em âmbito nacional. É com muita preocupação que trazemos essa discussão já há um tempo nesta Casa.

Deputada Leninha, aprendemos, no Movimento Fé e Política, que os conselhos paritários são extremamente importantes porque dão condições de termos conselhos atuantes, conselhos que cobram, conselhos que fiscalizam, conselhos que propõem políticas públicas e, de repente, nos deparamos com essa triste notícia. Mas, já que esses conselhos paritários serão extintos, cabe a nós, deputados, fortalecer esses conselhos em âmbito municipal.

Nessa audiência tivemos a grata satisfação de resgatar a Frente Sul-Mineira de Defesa da Pessoa com Deficiência. Ela existia no passado, mas alguns prefeitos, com uma série de políticas, foram se articulando para desmobilizar e desmontar esses conselhos em âmbito municipal.

Queria também aproveitar este tempo aqui para fazer um grande agradecimento – aproveitando a sua presença – ao deputado Carlos Pimenta e a todos aqueles deputados que fazem parte da Comissão de Saúde por terem aprovado uma solicitação enviada por mim para que discutíssemos e debatêssemos a situação dos hospitais no Sul de Minas. Trago especificamente aqui a situação do Hospital Regional de Varginha. Mais uma vez, quero reforçar o meu agradecimento particular e o de toda a população de Varginha ao senhor, Dr. Carlos Pimenta. Nós sabemos que cada comissão tem a liberdade para fazer duas audiências durante o ano fora da Assembleia Legislativa, e eu quero agradecer-lhe em nome de toda população do Sul de Minas e da população de Varginha – e aqui faço referência também ao nosso presidente, deputado Antonio Carlos Arantes, ao deputado Dalmo Ribeiro Silva, ao deputado Doutor Paulo, ao deputado Ulysses Gomes, ao deputado Duarte Bechir, ao deputado Cássio Soares.

O Sul de Minas precisa de socorro. O Hospital Regional de Varginha atende mais de cinquenta municípios na região – e o senhor o conhece muito bem. É um hospital de excelência, quase centenário, e tem uma dívida exorbitante, pois vive a situação, deputado Doutor Paulo, dos hospitais filantrópicos, que são deficitários desde que existem. Os senhores, que são médicos, ouvem sempre aquela expressão “hospital é um saco sem fundo” – trazendo para o português popular mesmo. Eles nasceram para isto: para promover a justiça social e a inclusão dos mais pobres; para atender aqueles que não têm condição de pagar um plano de saúde. Mas temos acompanhado, nos últimos anos, um grande lobismo daqueles que estão à frente do sistema de saúde no País, em Minas Gerais, para privilegiar os consórcios, para privilegiar a saúde privada. Por isso, chegamos a esta situação: a grande dívida que o Estado possui com os hospitais filantrópicos, através do Pro-Hosp, do Ipsemg.

Nós queremos lembrar aqui também os repasses do SUS que não estão acontecendo e, ao mesmo tempo, sua tabela extremamente defasada; e aí nós ainda nos deparamos com a PEC do Fim do Mundo, que assim foi chamada quando congelou os investimentos na saúde pelos próximos 20 anos. Mas temos visto a força da população do Sul de Minas, sobretudo, da população de Varginha, que tem se unido e se esmerado, juntamente com o diretor do hospital, Dr. Frederico Nunes, para não permitir que tão caro hospital, de tanta excelência... Acima de tudo, Dr. Carlos Pimenta, queria destacar aqui a excelência da qualidade de atendimento dos médicos, dos servidores daquela casa, sobretudo com relação àquilo por que a gente sempre luta: a humanização do espaço hospitalar.

O deputado Carlos Pimenta (em aparte) – Bom! Eu quero cumprimentá-lo, Professor Cleiton, pelo seu pronunciamento, pelo seu interesse, pela sua luta, pela sua presença constante, sempre pedindo em benefício do Sul de Minas, da sua Varginha e cidades vizinhas. É um prazer poder fazer o que vamos fazer lá no dia 28. Queria eu poder ir também ao Triângulo Mineiro, à Zona da Mata e a outras regiões para que a gente possa discutir as questões, que são locais. Essa reunião em Varginha é loco-regional; nós vamos discutir o hospital regional de Varginha, mas vamos também discutir as questões de Pouso Alegre, de Três Pontas – onde está uma coisa horrorosa, terrível, com a santa casa quase fechando –, de Elói Mendes, de Alfenas, de Poços de Caldas – vamos aí ter o prazer de receber o Dr. Mosconi, secretário de Saúde de Poços de Caldas que foi presidente da Comissão de Saúde por longos anos e lá está enfrentando muita dificuldade. O hospital do câncer de Poços de Caldas nunca saiu do papel. Então, a pauta é muito vasta, e acho que será uma grande oportunidade.

Mas só para terminar, eu tenho pessoalmente uma dívida de gratidão com o Hospital Regional de Varginha. A minha filha, que mora em Varginha, é médica e há dois anos teve um parto prematuro, lá em Varginha. Ela teve ruptura da bolsa amniótica, foi para o hospital regional e ganhou a minha netinha, que hoje tem dois anos e um pouquinho. Ela foi para o hospital, para a UTI neonatal do hospital regional. Olha, eu confesso que não esperava que pudesse existir um atendimento tão humano, um atendimento que se equipara aos melhores hospitais de Belo Horizonte, com pessoas se envolvendo, com muita criança internada. Confesso que não esperava a excelência do atendimento que tem o hospital regional. E posteriormente, Professor Cleiton, nós conseguimos até uma emenda para lá que o ex-governador nunca pagou. A verdade é essa. Muita promessa: “Vamos pagar, vamos pagar”, e não pagou nada. Eu espero que a saúde pública tenha mais critérios, tenha mais confiabilidade, não só para pagar nossas emendas, mas para ter um programa de atendimento, um programa universal, um problema que vai trazer qualidade aos pacientes do SUS, tranquilidade aos pacientes do SUS.

Eu sei que o senhor está trabalhando muito para essa reunião. Já tenho confirmadas muitas cidades, secretários municipais, vereadores, prefeitos. Eu espero que ela seja um marco para que a gente possa mostrar que o Sul de Minas é uma região muito desenvolvida, de gente muito boa, trabalhadora, mas que enfrenta também os mesmos problemas que estamos vendo em Belo Horizonte, lá em Montes Claros, lá em Uberaba, em todas as regiões de Minas Gerais. Vamos fazer aí, nesse dia 28, uma grande audiência pública. Eu lhe agradeço a sua postura, o seu trabalho e a sua disposição e a de toda a sua equipe e a do seu gabinete para a gente fazer uma reunião que vai realmente trazer um novo marco, vai trazer muita qualidade, muita esperança para a saúde pública do Sul de Minas. Muito obrigado.

O deputado Professor Cleiton – Obrigado, Dr. Carlos Pimenta. Então queria aproveitar este espaço para convocar a população do Sul de Minas, a população de Varginha a ir dia 28, às 9h30min da manhã, ao Teatro Capitólio, nessa grande audiência pública, para discutirmos a situação do hospital regional, dos hospitais da região do Sul de Minas, de todos esses hospitais que foram aí mencionados pelo Dr. Carlos Pimenta.

Queria aproveitar também o final – ainda tenho um tempo – para dizer que amanhã também haverá uma audiência muito importante às 16 horas, deputada Beatriz Cerqueira, deputada Leninha. Então é uma convocação, uma convocação mesmo, para que juntos nós nos unamos pelas universidades públicas. Mas amanhã especificamente será um debate sobre a situação da Universidade Estadual de Minas Gerais – a questão dos professores designados, a falta de repasse, a extensão, a pesquisa, que está comprometida.

Nós tivemos uma notícia semana passada de que vários professores iriam ser demitidos. A Uemg está presente em algumas cidades, e os professores não estão conseguindo chegar, porque simplesmente não há mais o transporte, que era oferecido pelo governo do Estado. Amanhã, então, todos unidos pela Universidade Estadual de Minas Gerais.

A mãe do deputado Bruno Engler é professora da Universidade Estadual de Minas Gerais. E um dos cursos que eu fiz foi na Universidade Estadual de Minas Gerais. Com muito orgulho que eu digo isso. E nós precisamos buscar caminhos aqui nesta Casa

para fortalecer, ainda mais, a nossa universidade; não permitir que ela seja precarizada, como vem acontecendo. Muito obrigado. Boa tarde a todos.

O deputado Delegado Heli Grilo – Sr. Presidente, Srs. Deputados, presidente que dirige tão bem estas reuniões aqui praticamente todos os dias, gostaria de fazer coro a sua manifestação de ontem em relação aos nossos queijos campeões.

Recebi de um grande amigo que tenho em Sacramento, que é promotor de justiça em Araxá, mas reside em Sacramento, Dr. Márcio – muito amigo meu –, a notícia de que ganhamos 50 medalhas. O mais interessante é que, nos anos anteriores, em 2015, o Brasil conquistou apenas uma medalha de prata. O concurso é de dois em dois anos. Em 2017, já conquistou – Minas Gerais praticamente conquistou para o Brasil – 12 medalhas: 1 de superouro; 1 de ouro; 7 de prata e 3 de bronze. E agora foram 50 medalhas. Ainda mais 6 medalhas foram conquistadas por outros tipos de queijo. Mas o queijo da nossa região, da Serra da Canastra, do Triângulo Mineiro, de Araxá, de Sacramento, de toda aquela nossa região, conquistou 50 medalhas, como foi dito por V. Exa. ontem, sendo 3 de superouro; 5 de ouro; 20 de prata e 22 de bronze. É uma demonstração clara de que Minas Gerais começa a ganhar espaços importantes nesse setor dentro e fora do País. Leve aos seus amigos, aos seus produtores, que são seus companheiros, o meu abraço, as minhas congratulações pelo feito. Esses produtores merecem realmente ser ovacionados pela condição que deram ao setor produtivo de queijo no Estado de Minas Gerais.

Gostaria, também, Sr. Presidente, de fazer um breve comentário na questão da UFMG. Não sou muito de jogar pedra, até porque gosto de acender a minha estrela e não apagar a de ninguém, mas a direção da Universidade Federal de Minas Gerais precisa explicar a questão do laboratório que estava sendo usado para o tráfico de drogas. Isso é muito grave e muito sério. Precisamos fazer com que eles deem uma explicação para isso. Não há como você dizer que não sabe o que está acontecendo na sala da sua casa. Isso é muito complicado. Ouvi aqui alguns colegas deputados fazer essa reclamação, essa fala – alguns mais entusiastas, outros, menos. Mas a verdade é que a direção da UFMG precisa explicar essa questão. Através disso também quero parabenizar os meus colegas policiais civis que deram um *show*, pois não é fácil investigar uma universidade e se chegar ao objetivo do esclarecimento da autoria e materialidade.

Gostaria de também fazer um pequeno comentário aqui a respeito do que foi dito pelo deputado Cleiton e pelo nosso decano, deputado Carlos Pimenta, a respeito da saúde em Minas Gerais. Na minha região não é diferente. Já tivemos um hospital que fechou. Temos lá o Hospital do Câncer, que foi referência em toda a região do Triângulo Mineiro, Alto Paranaíba e até Sul de Minas. Era Associação Brasileira de Combate ao Câncer do Brasil Central, que hoje é o Hospital Hélio Angotti, que foi de muita referência. Hoje trabalha com um pouco de dificuldade ou talvez com muita, mas tem conseguido vencer os obstáculos graças à ajuda que vem da sociedade, da população, dos políticos, que não podemos negar que exista. Precisamos realmente buscar uma forma de melhorar essa questão da saúde. Temos um hospital regional lá que está trabalhando com muita dificuldade, porque 50% dos recursos vêm do governo federal; 25%, do governo do Estado; e 25%, do município. O governo do Estado acho que não está passando os 25% necessários. O Município de Uberaba sozinho não dá conta de arcar com os 25%. Então, a região precisa colaborar. É por isso que o hospital se chama hospital regional.

Então, essas questões precisam ser discutidas realmente no Sul, no Triângulo, no Alto Paranaíba; têm que ser discutidas na Zona da Mata, no Noroeste mineiro, no Centro-Oeste mineiro. Todas essas regiões precisam do apoio de nós, deputados, para se buscar uma solução para a saúde nessas regiões.

O meu ilustre amigo, deputado Coronel Henrique, posicionou-se ali de forma que parece querer um aparte.

O deputado Coronel Henrique (em aparte) – Muito obrigado, prezado deputado Delegado Heli Grilo. Sr. Presidente, venho fortalecer as palavras de V. Exa. com relação à importância do agronegócio em Minas Gerais. Eu também, ontem, durante audiência pública que realizei na Comissão de Agropecuária e Agroindústria, fiz referência a esse mérito dos nossos produtores de queijo, mas

gostaria, nesta oportunidade, prezado deputado, de registrar também que, por trás desses produtores de queijo, existe toda uma cadeia produtiva e toda uma cadeia de profissionais que trabalham na fiscalização desses produtos.

No último dia 31 de maio, entrou em vigor uma nova instrução normativa do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento com relação ao controle da qualidade do leite produzido no Brasil. Ontem recebi três médicos-veterinários do Instituto Mineiro de Agropecuária, que vieram até a Comissão de Agropecuária esclarecer as particularidades dessas nossas novas normas, que, a partir do dia 31 de maio, passam a vigorar no controle da qualidade dos nossos produtos. Tenho certeza...

O deputado Delegado Heli Grilo – Já passou o dia 31 de maio. Já estão em vigor.

O deputado Coronel Henrique (em aparte) – Desde o dia 31 de maio já está em vigor. Então, tenho certeza de que essas normas, como já discutimos ontem... E no próximo dia 19, na abertura da Megaleite, no Expominas, no auditório do IMA, realizaremos uma audiência pública para apresentar todas as particularidades. Mas o maior mérito dessa nova norma é que ela tem como condão principal a alavancagem da cadeia produtiva, propiciando ao pequeno produtor o acesso à assistência técnica, a boas práticas na agropecuária oferecidas por profissionais qualificados. Isso tudo exigindo que as nossas indústrias e os nossos laticínios atendam às normas e qualifiquem os seus produtores. Assim, toda a cadeia irá ganhar.

Hoje o grande e o médio produtor têm condições de contratar uma assistência técnica, e, às vezes, o pequeno não tem. Então, o principal objetivo dessa norma é possibilitar que o pequeno produtor entre nessa cadeia e fortaleça Minas Gerais. E que continuemos conquistando prêmios de mérito, porque assim geraremos emprego e renda, característica do nosso agronegócio.

Muito obrigado pelo aparte.

O deputado Bruno Engler (em aparte) – Delegado Heli Grilo, queria só fazer referência aqui, pois V. Exa. parabenizou, e também parabenizo o excelente trabalho da Polícia Civil ao descobrir que um laboratório, dentro da UFMG, estava sendo usado para a fabricação de drogas, que eram vendidas dentro da universidade. Isso foi um assunto discutido aqui ontem, e tratar desse tema não é atacar a educação, mas justamente defender a educação. Os laboratórios das nossas universidades têm que ser usados para o aprendizado e não para a fabricação de drogas.

Então, a Polícia Civil está de parabéns. A gente sabe das dificuldades para a fiscalização das atividades criminosas dentro de universidades federais devido a toda uma burocracia – por ser da União, há uma limitação de a polícia entrar no *campus*, enfim, uma série de coisas. Mas a Polícia Civil fez um trabalho brilhante. E a direção da universidade deve, sim, explicações ao povo mineiro e ao povo brasileiro de por que o laboratório da UFMG, pago com dinheiro do contribuinte, estava sendo usado para a fabricação de drogas, estava ocorrendo venda de drogas dentro da universidade e ninguém da direção ficou sabendo ou fez algo para combater isso. Foi preciso essa intervenção brilhante da Polícia Civil para cessar essa atividade.

O deputado Delegado Heli Grilo – Está de parabéns pela fala. Realmente nós não podemos aceitar. A questão é que a universidade tem que ser usada para o aprendizado. Ninguém é contra a educação, ninguém é contra a direção; nós somos contra a forma como está sendo usada a universidade em Minas Gerais, principalmente no setor laboratorial. A direção da universidade tem que dar uma explicação. Ela não falou a respeito do uso do laboratório.

Falou que está aberta a colaborar com as investigações, mas não deu nenhuma explicação sobre o uso do laboratório para a fabricação de drogas para serem vendidas e comercializadas dentro da própria universidade. Ora, eu tenho certo receio, medo. Recentemente, entrei numa universidade por acaso. Eu precisava sacar um dinheiro para pagar a revisão do carro do meu filho e fui até a universidade, em Uberlândia, que é uma universidade de grande conhecimento. Pessoas importantes passaram e passam por lá. Na hora em que entrei no Santa Mônica, lá embaixo, deu-me tristeza: vi as paredes da universidade pichadas, os meninos usando, provavelmente, maconha, na beirada, sentados na calçada. Aquilo me deu tristeza, Elismar. Fiquei triste porque não é possível que as pessoas que estão lá dentro não tenham consciência de que aquilo é um patrimônio público e deve ser preservado.

Fui conversar com um amigo, e ele falou para mim que aquilo era arte. Falei: “Então faça na casa dele”. Se acha que aquilo é arte, pode fazer nas paredes dele, do quarto, da sala, na parede da rua. Eu não vejo isso como arte; eu vejo como a destruição do patrimônio público, do próprio ambiente de trabalho e de estudo dele. Então, fiquei muito chateado, muito triste, porque eu gostaria que a educação fosse a da minha época – infelizmente não vou ver isso –, quando você entrava numa escola pública e saía com a certeza de que seria aprovado no vestibular.

A escola pública – não por questões de professores, porque eles estão aí numa batalha incansável, numa luta para tentar ajudar, mas pela forma como foi colocada a questão do estudo no Brasil de uns anos para cá – gastou muito, mas não melhorou em nada. Aliás, piorou muito a educação no Brasil, mesmo com os gastos aumentando da forma como aumentaram.

Eu já ouvi inúmeros debates sobre isso. Aluno que não tem nem condições de ler passa de ano; vai para o 2º, 3º, 4º ano sem saber ler e escrever. Isso está muito... Eu ouvi, esses dias, um debate numa escola, e os alunos não sabiam quem era Pedro Álvares Cabral, não sabiam quem era Cristóvão Colombo, não sabiam também quem escreveu a carta. Eu falei: “Gente, mas não é possível! Alunos com 15, 16 anos não sabem nada disso”. (- Intervenção fora do microfone.) Não, esse sabia.

Sr. Presidente, essa é a minha fala. Gostaria de, daqui a alguns dias, voltar aqui para falar sobre a questão das estradas novamente. Está demorando muito a questão das estradas na nossa região do Triângulo Mineiro. Já foi publicada no jornal a privatização de um setor. Até tive que ligar porque não havia saída. A 427 é uma pista pela qual eu brigo muito, porque esse trecho liga Uberaba a Conceição das Alagoas, passando por Planura e seguindo para Iturama. Foi publicada a estrada de Araxá a Uberlândia – que é a 452 ou 453, não sei; é a 452 – e a MG-190, mas estava faltando a 427 e um pedaço da 462, que é o famoso estradão, pelo qual temos brigado.

O setor sucroenergético realizou uma reunião, e devemos aqui louvar esse setor. A Siamig, através do presidente Márcio, dos produtores, dos donos e proprietários de usinas do Triângulo Mineiro e do Alto Paranaíba – principalmente do Triângulo Mineiro – enfim, eles estão num processo de negociação para fazer algumas estradas e ajudar o Estado na construção do processo de licitação. Existe lá uma discussão a respeito de valores, mas tenho ajudado, tenho conversado. Estive com o vice-governador pedindo-lhe que intercedesse nessa questão, para que, o mais rápido possível, as estradas nossas, do Triângulo Mineiro e do Alto Paranaíba, possam novamente ser transitadas.

O deputado Doorgal Andrada – Boa tarde, Sr. Presidente! Boa tarde, todos que nos acompanham através da TV Assembleia! Boa tarde, deputadas e deputados, todos os servidores aqui da Casa, todos os presentes!

Sr. Presidente, no dia de ontem, numa atitude muito infeliz, o deputado vice-líder do governo aqui desta Casa veio a este Plenário dizer que eu havia descumprido um acordo feito durante a reforma administrativa no sentido de não trabalhar pelo retorno das 80 mil vagas da escola integral. Sr. Presidente, precisei hoje vir a este Plenário para dizer que essa foi uma inverdade dita por esse deputado, tendo em vista que, no dia da reforma administrativa, somente um deputado usou a palavra desta tribuna, e esse deputado fui eu. Durante a minha palavra, eu disse justamente que não aceitava negociar retorno gradativo de escola integral. Para mim, esse retorno deveria ser imediato.

Então, na minha visão, esse deputado foi muito infeliz ao vir a esta tribuna e proferir para a TV Assembleia, para os deputados e as deputadas, para esta Casa essa mentira de que eu havia quebrado um acordo.

Sr. Presidente, a minha honra, a minha palavra, a minha firmeza nos tratos é algo que eu prezo desde a minha infância, e jamais será mudada essa minha forma de trabalhar. Se um acordo um dia for feito, ele será cumprido, e já adianto que da minha parte não serão feitos acordos no sentido de prejudicar a educação.

Desde o início do meu mandato, eu tenho, sim, lutado muito pela educação do Estado de Minas Gerais, tenho ingressado na Justiça com ações populares e sido vitorioso em três escolas no interior. Agora, há 40 dias, eu ingressei também com uma ação popular pedindo o retorno imediato das 80 mil vagas da escola integral. Muito me assusta, depois de 40 dias, o deputado vice-líder do

governo vir aqui a esta tribuna para tratar desse assunto. E digo mais: perante essa ação popular, a Justiça pediu para que a secretária de Educação, para que o governo se manifestasse. A ação foi distribuída no dia 30 de abril, no dia da reforma administrativa, há 40 dias, e no dia 10 de maio a Justiça pediu uma manifestação por parte do governo. Em 10 de maio, já completaram-se mais de 25 dias, e até hoje a Secretaria de Educação não se manifestou. Então, muito me assusta que esse tema tenha vindo à tona no dia de ontem, tendo em vista que já se passaram 40 dias dessa ação e 25 dias sem resposta do governo, sem resposta da Secretaria de Educação.

O deputado também disse que agora o governo está sob uma ameaça da Justiça. Justiça não ameaça ninguém, Justiça cumpre a lei. Se há uma ameaça da Justiça, de duas, uma: ou o governo está fora da lei ou a Justiça está fora da lei. Acredito que o senhor deputado deva controlar mais as suas palavras quando proferi-las aqui neste Plenário. É muito importante, Sr. Presidente, que a imagem desta Casa seja respeitada, uma vez que esse deputado, além de dizer que eu quebrei um acordo, disse que os vice-líderes quebraram um acordo, que os blocos quebraram um acordo, que o presidente quebrou um acordo em conjunto com o governador. Jamais farei um acordo para prejudicar a educação e tenho a certeza de que os blocos aqui desta Casa também não o farão. Ele disse que os quatro blocos desta Casa firmaram acordo de não trabalhar em prol da educação, de não defender o retorno da escola integral, mas vários outros deputados desta Casa ingressaram ações parecidas, como a deputada Bia, como o deputado Prado e outros tantos. Não entendi o motivo do direcionamento a essa minha ação. E digo mais: tudo o que acontecer, todas as ações do governo, todas as ações de qualquer pessoa deste estado que tentem violar o direito e o preceito constitucional do direito à educação, qualquer atitude desse tipo, dessa forma terão uma luta incondicional por parte deste deputado.

Portanto, venho hoje aqui usar esta tribuna para dizer que houve uma mentira proferida no dia de ontem e que eu jamais acordaria para prejudicar a escola integral.

Inclusive, eu fui o único deputado, no dia, a subir nesta tribuna, porque o presidente, naquele dia, liberou apenas um deputado. Eu fui o primeiro a me inscrever e tive a sorte de poder deixar clara a verdade: eu não negociaria a escola integral, e lutaríamos pelo retorno imediato das 80 mil vagas.

Eu acho que, infelizmente, Sr. Presidente, nós não podemos colocar vídeo aqui, no telão. É permitido colocar algum vídeo aqui? Se não for permitido, eu vou pedir licença para tentar colocar o áudio da minha fala, no dia da apreciação da reforma administrativa, deixando muito clara a minha posição.

Esta minha fala, Sr. Presidente, foi no dia da votação da reforma administrativa. Eu acho impossível deixar mais claro que eu era contrário a qualquer tipo de negociação. Uma vez que um deputado vem aqui em cima dizer que outro deputado descumpriu o acordo, ele atinge a honra dessa pessoa. Então, venho aqui, hoje, dizer que repudio qualquer forma, qualquer prática no sentido de trabalhar contra a imagem de um deputado que tem atuado muito firmemente pela educação no Estado de Minas Gerais.

Sr. Presidente, também foi dito que essa ação judicial poderia prejudicar ações futuras, por parte do governo, no sentido de trabalhar pela educação. E aí eu venho aqui com um questionamento, recapitulando os argumentos do Estado. Primeiro, o Estado afirmou que o corte seria feito para economizar recursos. Em seguida, depois de pegar muito mal, a secretária e o governador passaram a dizer que o programa era ineficiente e que funcionava como uma creche, por isso precisaria ser remodelado. Agora, os recursos são para fazer obras nas escolas, e a minha ação e a Justiça são uma ameaça. O Estado tem que decidir: é para economizar recurso, é para reformular o programa ou é para fazer novas obras? Eu defendo que a escola integral deve ser melhorada – é claro –, mas através da sua continuidade. Se de manhã está sendo escola e à tarde está sendo creche – pelo entendimento do governo –, que essa escola integral seja continuada e haja uma transformação na parte da tarde. O que não posso admitir é que 80 mil crianças e adolescentes sejam despejados nas ruas.

Então, Sr. Presidente, quanto mais mentiras este governo disser para as pessoas, mais verdades nós vamos dizer aqui, neste Plenário, sobre isso. Muito obrigado.

O deputado Elismar Prado (em aparte) – Obrigado, deputado Doorgal Andrada. Quero parabenizar V. Exa. pela posição e dizer que a sua ação, a representação junto ao Ministério Público é totalmente legítima, da mesma forma como a ação que a deputada Beatriz Cerqueira também ingressou. Eu, juntamente com o deputado federal Weliton Prado, no dia 24 de abril, também ingressei com uma ação junto ao Ministério Público, no sentido de retomar todas as vagas do ensino integral.

De fato, ninguém negociou redução no ensino integral; houve uma discussão em torno da tramitação, ou seja, sobre não haver mais o processo de obstrução. Então, quero parabenizar V. Exa., que está cumprindo o seu papel constitucional de maneira legítima, autônoma e independente. Nós somos eleitos para legislar, para fiscalizar os atos do Poder Executivo e defender, acima de tudo, o interesse público. As nossas disputas partidárias, ideológicas, são legítimas também, claro, mas a ação em defesa do interesse público está acima de qualquer diferença.

Quero dizer que isso é realmente um verdadeiro absurdo, porque a ação impactou 111 mil alunos e 9 mil professores. Agora, de imediato, 80 mil alunos estão fora do ensino integral. O governo manteve apenas cerca de 30 mil alunos; executou apenas pouco mais de 2%, ou seja, executou apenas R\$127.000,00 de todos os recursos empenhados no orçamento para o programa escola em tempo integral.

Fizemos até o comparativo aqui. O Minas Arena recebeu, no mesmo período – o Minas Arena que cuida do estádio Mineirão: R\$17.000.000,00. O ensino integral recebeu R\$127.000,00; o Minas Arena, R\$17.000.000,00. E o governo, 134 vezes mais... São 134 vezes a mais para o estádio Mineirão que para o programa Escola em Tempo Integral.

Então quero dizer que V. Exa tem o nosso apoio, a nossa consideração e que estamos aqui, acima de tudo, defendendo o direito daqueles alunos, das famílias. Já disse aqui que há casos, deputada Beatriz, de mães que estão tendo problemas até com o conselho tutelar porque, para se manter no trabalho, ou deixam o menino trancado em casa ou na rua. São N, N casos, e é um verdadeiro abuso. Então estamos aqui em defesa da educação acima de tudo.

Concluindo, espero que o Ministério Público considere todos os questionamentos que V. Exa. fez, que a deputada Beatriz fez e que eu, juntamente com o deputado Wellington Prado, fiz na nossa representação; que possam considerar todas as argumentações no sentido de retornar imediatamente 100% do programa. No dia da discussão aqui, também fui à tribuna e coloquei claramente a nossa posição. Obrigado e parabéns, deputado.

O deputado Doorgal Andrada – Muito obrigado pelas palavras, deputado, e parabéns também pela sua luta. Nós esperamos que a educação volte a funcionar, como estava funcionando antes na escola integral, e que a gente retorne com essas 80 mil vagas.

Quero deixar claro aqui – e peço só 1 minuto ao deputado para utilizar – que isso não é um embate contra o governo, isso não é uma oposição contra o governo, isso é um trabalho de representação. As pessoas nas ruas querem o retorno das 80 mil vagas. Estou aqui representando as pessoas, porque não podem estar aqui, neste Plenário, não podem estar na Cidade de Administrativa, mas nós temos esse dever. É um dever de representação e fiscalização depois de esgotadas todas as tentativas de diálogo. O diálogo foi tentado mais de três vezes, inclusive com a minha presença na Cidade Administrativa, sem resposta alguma, sem mesmo me receberem. Eu fui recebido pelo chefe de gabinete da secretária, que, naquela época, confirmou o possível fechamento das escolas de Barbacena e Carangola, o que vencemos na Justiça.

Nenhum requerimento meu foi respondido, requerimentos enviados há mais de três, quatro meses desta Casa, desde o início do mandato. Nenhum requerimento foi respondido por parte do governo. E digo mais: depois de vencida na Justiça liminarmente no caso das escolas estaduais de Barbacena e Carangola, a secretaria, em audiência pública, disse que esse caso já estava resolvido e superado, mas, logo em seguida, recorreu na Justiça, querendo fechar as escolas. Então está muito nebulosa e está muito complicada essa comunicação do governo. Ora o governo diz que está superado o assunto e, no dia seguinte, ajuíza uma ação; ora diz que fechar a escola integral é para economizar recursos e, depois, diz que não, que uma ação judicial prejudicaria a construção de obras e que esses recursos seriam para obras; ora diz que a escola integral está funcionando como creche, mas ora diz que finalizará essa creche para

economizar recursos; e depois diz que vai reformular a escola integral porque ela não pode funcionar como creche. O Estado tem que decidir o que fazer e tem que aprender a se comunicar. Essa é a minha visão.

Com a palavra, o deputado vice-líder do governo, Guilherme da Cunha.

O deputado Guilherme da Cunha* – Sr. Presidente, em verdade, eu solicito a palavra nos termos do art. 164 do Regimento, pelo prazo de 5 minutos, pois vejo que já está se esgotando o prazo da fala do deputado Doorgal.

O deputado Doorgal Andrada – Você usará o aparte? Eu lhe concedi aparte.

O deputado Guilherme da Cunha – É porque falta apenas 1 minuto e 20 segundos. Pode ser que fique pouco tempo.

O deputado Doorgal Andrada – Pode ficar à vontade.

O deputado Guilherme da Cunha* – Muito obrigado, Sr. Presidente. Venho a este microfone, nos termos do art. 164 do Regimento, que diz que aquele parlamentar que é atacado pessoalmente, aquele para quem é imputado pessoalmente uma determinada conduta pode ter a palavra para esclarecer a verdade dos fatos. Eu acho importante fazer isso agora. Eu acho importante principalmente esclarecer que, em momento nenhum, eu disse que estariam descumprindo o acordo os líderes de bloco, que estaria descumprindo o acordo o presidente ou o governo. Esses são os que celebraram o acordo, e isso fica muito claro na minha fala.

Ontem, à tribuna, eu fui muito claro em dizer que houve um acordo – e esse acordo de fato existiu – entre as lideranças de todos os quatro blocos desta Casa, a presidência e o governo, para que a gente fizesse a votação da reforma administrativa mediante o compromisso de retorno gradual do programa de ensino em tempo integral.

Esse acordo existiu, e eu não minto quando digo que ele existiu. De maneira nenhuma eu digo que os outros o estão violando, porque não estão. E gostaríamos de estar todos, nesta Casa, e me incluo nesse grupo, podendo ser os campeões da causa da educação. Podemos ser a pessoa que defende arduamente cada uma dessas bandeiras, e a educação é uma bandeira muito valiosa para todos nós. Mas, com responsabilidade e conhecedores das limitações orçamentárias e de disponibilidade de caixa do Estado de Minas Gerais, as lideranças de todos os blocos, que representam todos nós, fizeram um acordo pelo retorno gradativo do programa de ensino em tempo integral. Todos nós concordamos em aceitar o que era possível para que a gente tivesse as coisas funcionando adequadamente em nosso estado. Mas, infelizmente, nem todos nós pudemos, neste momento, brilhar como os grandes defensores da causa da educação. Ao nos conformar, ao respeitar aquilo que foi acordado por todos os blocos desta Casa, infelizmente ficamos vendidos para atuações isoladas.

Então quero registrar, Sr. Presidente, que em momento nenhum eu menti no meu pronunciamento de ontem. De fato existiu um acordo, de fato existiu um acordo celebrado por todos os blocos, de fato esse acordo está sendo respeitado por todos os blocos, com grande sacrifício individual para cada um de nós, que gostaria de, neste momento, poder também estar bradando que é o campeão de educação. Mas, movidos pela responsabilidade da nossa atuação parlamentar e cientes da responsabilidade que é fazer o melhor com os recursos possíveis, todos nós temos agido conforme a palavra empenhada, e, infelizmente, nem todos nós estamos colhendo, neste momento, o bom resultado de firmar um compromisso e levá-lo até o fim.

Sr. Presidente, que fique claro, os blocos estão cumprindo o acordo, a presidência está cumprindo o acordo, o governo está cumprindo o acordo. Somente uma das partes aqui pode estar agindo em desconformidade com o que foi acertado.

* – Sem revisão do orador.

A deputada Beatriz Cerqueira – Presidente, boa tarde. Boa tarde aos demais colegas parlamentares, à imprensa que nos acompanha, a todas as pessoas que também acompanham os nossos trabalhos, seja das galerias, seja através da TV Assembleia.

Bem, eu tenho vários assuntos para tratar, presidente, mas me permita fazer uma consideração importante em relação ao debate sobre educação de tempo integral, porque é fundamental um processo para que todos nós tenhamos todas as informações. A negociação feita em Plenário foi finalizar a obstrução. Para que nós não realizássemos a obstrução no processo da votação, foi feito

um processo de acordo em relação à obstrução. Mas a continuidade da atuação do parlamentar nas suas faltas é soberana. Eu tenho 9 mil pessoas que represento para as quais não sei dar respostas em relação ao seu desemprego. Porque eu não sei se as pessoas sabem – aquele hábito da importância de entender a estrutura da educação: as pessoas fazem inscrição escolhendo a modalidade em que querem trabalhar. Muitas fizeram opção pela educação integral. O governo não iniciou o programa até maio, junho, e essas pessoas estavam, até o momento, desempregadas. No momento da votação aqui, as pessoas estavam desempregadas. E em todos os questionamentos que nós fizemos em audiências públicas... Eu pessoalmente, em ofício direto à secretaria, nos processos de discussão aqui sobre essas 9 mil vagas em relação à educação integral, não obtive nenhuma resposta. É o governo promotor do desemprego, no caso de Minas Gerais.

Porque a gente junta a escola de tempo integral; a gente junta os vigilantes, que estão aqui há meses sem nenhuma mediação ou posicionamento, a não ser o “não” por parte do governo do Estado; junta a questão da MGS; junta todos os programas e projetos que não se iniciaram. É o governo que promove demissão em setores que fazem o atendimento à população. A demanda que eu mais recebo de cobrança, de debate, de questionamento, para que eu não esqueça a pauta – eu não sei dos demais deputados – é a educação integral. Essa demanda não está resolvida, ela não está finalizada. E, de fato, foi um grande impacto para as escolas a drástica redução, conforme foi anunciado. E, de fato, fica contraditório um governo que faz uma redução do tamanho que foi feita depois a gente acompanhar pela imprensa investindo em contratos, como o Minas Arena. Aí, o debate sobre prioridade está bem definido. Você tem um investimento... Por que não deixou o Minas Arena inadimplente e manteve a educação de tempo integral na sua totalidade? Por que não foi lá conversar com o ministro da Educação e com o governo Bolsonaro para debater recursos para a educação no nosso estado? Porque uma das questões alegadas foi a questão da alimentação escolar e a questão financeira. Não vi nenhuma movimentação de Minas Gerais bater às portas do governo federal para discutir políticas públicas, para discutir orçamento, para discutir as questões relacionadas a Minas Gerais.

Então, coloco o debate no seu devido lugar e o nosso direito legítimo de fazer as demandas das pautas que nós representamos, que são diversas, antagônicas, mas que, como parlamentar e por representação, cada um de nós tem a tarefa de fazer. Só para debater e trazer a questão no contexto correto em relação à educação em tempo integral. E foi cumprido. O acordo feito foi cumprido em relação a não realizar obstrução. Quem já é deputado nesta Casa sabe o papel importantíssimo e como é feita uma boa obstrução e quanto tempo mais nós levaríamos para a votação de uma reforma administrativa.

Bem, mas eu me inscrevi, na verdade, para contar que hoje nós tivemos uma reunião da Comissão de Educação, com uma audiência pública que, inclusive, debateu a situação da segurança nas escolas. E, nessa reunião, nós aprovamos importantes requerimentos, presidente, e quero socializar um deles, que muito me honrou, quando fizemos referência e aprovamos votos de congratulações ao diretor da Escola Estadual David Campista. É uma escola que existe desde 1909. É uma escola com 1.250 alunos e mais de 100 funcionários. É uma escola que teve, além do plano de atendimento a ela... As pessoas querem estudar naquela escola. Então, além do próprio plano de atendimento, há quase 500 pedidos de matrícula. É uma escola que realiza trabalhos pedagógicos homenageados e reconhecidos pela Câmara Municipal de Poços de Caldas, onde a escola se localiza. É uma escola que tem, como avaliação do Proeb, tanto em língua portuguesa quanto em matemática, média superior à de Minas Gerais e média superior à do nosso país.

Então, hoje nós votamos, e quero compartilhar com todos os parlamentares exatamente o voto de congratulações ao gestor dessa escola, diretor Diney Lenon de Paulo, um diretor que, à frente dessa escola, promove-a em todos os seus aspectos. É uma escola aberta à participação da comunidade, que realiza atividades com a participação dos pais. É uma escola que realiza atividades com as crianças e adolescentes nos finais de semana, que investe em questões do esporte, que investe em artes, que investe em cultura e por isso tem indicadores tão relevantes. Então, quero deixar aqui o meu cumprimento ao Diney e dizer do reconhecimento da Comissão de Educação, conforme requerimento aprovado em reunião realizada hoje.

Por fim, presidente, quero trazer à tribuna um debate relevante, que começou ontem e teve continuidade hoje. São, sim, gente, ataques à educação algumas discussões que nós ouvimos aqui. É, sim, um debate contra a educação. É, sim, um processo de querer cobrar explicações de quem não é obrigado a dar explicações, numa tentativa permanente de criminalização, como no caso do reitor da Universidade de Santa Catarina, cujo resultado do processo foi o seu suicídio.

Depois da sua criminalização, depois de um processo de desgaste, de exposição, no final, o inquérito disse que não havia nada contra o reitor, mas ninguém vai lhe restituir a vida.

Então, venho à tribuna novamente para fazer o debate em relação à educação. Quem tem que dar explicações não é a Universidade Federal de Minas Gerais, que faz um excelente trabalho. Quem tem que dar explicações é quem corta dinheiro da educação. Quem tem que dar explicações é quem está comprometendo a vida dos institutos federais; é quem está comprometendo a possibilidade da continuidade dos projetos e dos programas nas nossas universidades.

Nós realizamos, na Comissão de Educação, muitas audiências públicas, que são importantes, porque trazem a opinião da sociedade. E tivemos a presença do Conselho Nacional de Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Esse conselho nos trouxe dados e informações, que vamos compartilhar com os demais deputados, para entendermos como é relevante a defesa dos nossos institutos federais e das nossas universidades federais, porque todo dia falar contra a instituição, todo dia combater a instituição, todo dia criar discursos de generalização é, sim, fazer um enfrentamento para o desgaste daquela instituição, como a gente vem ouvindo algumas vezes no nosso Plenário e nos nossos debates.

Então eu vou socializar, presidente, com todos os nossos colegas, deputados e deputadas, alguns números que foram trazidos pelo Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal. Por exemplo, se pegarmos o ensino técnico e superior, a formação profissional continuada e a pós-graduação, veremos que, hoje, a rede federal em Minas Gerais atende a quase um milhão de matrículas. Nós não estamos falando de pouca coisa. Também queremos trazer a informação de que, ao defender as nossas universidades federais, ao denunciar e cobrar explicações sobre o corte ou contingenciamento... O dinheiro não está chegando lá na ponta. É isso que nos interessa. Nós estamos falando de 72 *campus*; não estamos falando de pouca coisa. Todos os deputados têm, na sua base, um instituto federal, hoje, que pede socorro pela sua continuidade. Ao fazermos o debate, estamos falando de uma rede federal no País de mais de seiscentos *campi*; estamos falando de nove polos de formação, de 80 mil servidores, de 526 programas de pós-graduação. Conforme já disse, um milhão de matrículas, mais de seis mil projetos de extensão tecnológica, mais de 100 revistas científicas, mais de oito mil periódicos, mais de onze mil projetos de pesquisa aplicada e mais de quatrocentos pedidos ou depósitos, como é o nome correto, de patente.

Se ainda formos analisar como o Brasil está no *ranking* em relação ao ensino técnico no mundo... Para alguém vir aqui e dizer que o problema da Educação não é dinheiro! É, sim. O problema do Brasil é pagar 40% do seu orçamento para a dívida pública. Por que a gente não discute 40% do orçamento para a educação? Porque hoje nós pagamos 40% do orçamento para dívida pública. E isso não me parece ser um problema para algumas pessoas. É preciso haver mais investimentos, sim. Os dados demonstram isso: estamos atrás, em relação ao ensino técnico no mundo, da Finlândia, da Suíça, da Itália, da Noruega, da Austrália, da Polônia, da Alemanha, de Portugal, da China, da Suécia, do Reino Unido, do México, da Espanha, da Nova Zelândia, do Chile, da Colômbia e do Japão. É isso aqui que deveria nos incomodar. É isso que deveríamos debater, além de proteger as nossas universidades.

Se a rede federal fosse única, sem contar as demais redes no nosso país, e nós a comparássemos com o desenvolvimento em outro país... Vou usar um dado que eu, como professora e dirigente sindical, não gosto, mas que o mercado gosta, que é o Pisa. Então, nessa referência em relação à qualidade educacional, a nossa rede federal, na área de ciências, estaria na 11ª posição no mundo. A nossa rede federal estaria, no Pisa, em 2º lugar, em relação à literatura. A nossa rede federal estaria, em relação à matemática, em 30º lugar. São médias, inclusive, acima da posição que hoje ocupa o nosso país.

Então, é uma rede de excelência que, na verdade, precisa ser protegida, e não a criação permanente do discurso em relação à criminalização das nossas universidades. O contingenciamento, o bloqueio, o corte... Peguem no dicionário o que quiserem. O fato é que deixou de chegar até as nossas universidades e aos nossos institutos federais R\$353.000.000,00 neste último período. É disso que estamos falando.

Agora, é importante ir lá na ponta explicar para o jovem, o adolescente que está perdendo a perspectiva de futuro e defender isso aqui, defender menos R\$300.000.000,00 na educação, defender a desconstrução de uma rede federal, como a que foi construída no País com tanto empenho, com tanto dinheiro público; e dizer aos pobres, aos negros, aos que moram na periferia: “Saíam, porque isso não lhes pertence. O que lhes pertence é pagar o imposto para que os ricos continuem usufruindo da rede federal ou das universidades federais”. Parece-me que é esse o debate. Criminalizam tudo porque incomoda, porque pobre chegou à universidade, pobre chegou ao instituto federal.

Forte abraço, presidente.

Presidente, antes preciso deixar um abraço. Preciso registrar – nos segundos que não tenho – o meu abraço ao Sindicato dos Servidores da Justiça da 2ª Instância do Tribunal de Justiça, o Sinjus, que na data de hoje completa 30 anos. É um sindicato importantíssimo para o nosso estado. Deixo um abraço e o registro da importância dos 30 anos do Sinjus por meio do coordenador-geral, que é o Wagner Ferreira. Sindicato que atuou em relação ao assédio moral, ajuizou ação contra auxílio-moradia para juízes e desembargadores que já possuem moradia própria. Sindicatos são essenciais. Então, vida longa ao nosso Sinjus!



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 3/6/2019, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

nomeando Joaquim Ribeiro Neto, padrão VL-12, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Duarte Bechir;

nomeando Nilton Geraldo Lenis de Lemos, padrão VL-38, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Gustavo Mitre;

nomeando Ronald de Oliveira, padrão VL-46, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Charles Santos.



ERRATA

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 5.476/2018

Comissão de Direitos Humanos

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 7/6/2019, na pág. 37, no fecho, onde se lê:

“Sala das Comissões, 6 de junho de 2019.”, leia-se:

“Sala das Comissões, 5 de junho de 2019.”.